

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NOS INDICADORES EDUCACIONAIS: UMA AGENDA EM CONSTRUÇÃO

YOUNG PEOPLE AND ADULTS WITH DISABILITIES IN EDUCATIONAL INDICATORS: AN AGENDA UNDER CONSTRUCTION

JÓVENES Y ADULTOS CON DISCAPACIDAD EN LOS INDICADORES EDUCATIVOS: UNA AGENDA EN CONSTRUCCIÓN

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Fabiane Maria Silva

Universidade Federal de Minas Gerais

Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves

Universidade Federal de Minas Gerais

Artigo recebido em: 30/05/2025

Aprovado em: 20/02/2026

Resumo: Este artigo apresenta uma análise bibliométrica das produções acadêmicas sobre jovens e adultos com deficiência nos indicadores educacionais, sem restrição de período de publicação, para identificar avanços e lacunas neste campo de pesquisa. Após realizadas buscas em catálogos nacionais de teses e dissertações e na biblioteca virtual de revistas científicas, foram identificados apenas dezesseis trabalhos. Os resultados revelam um espaço ainda incipiente de investigações voltadas à intersecção entre Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, sobretudo quanto aos indicadores educacionais. Embora alguns estudos tenham abordado aspectos quantitativos e qualitativos dessa realidade, a maioria restringiu-se a contextos locais, com recortes municipais ou regionais. Em âmbito nacional, a investigação do tema permanece limitada, sendo abordada de maneira mais aprofundada em apenas três trabalhos. Desta forma, este estudo evidencia a necessidade premente de pesquisas que articulem uma compreensão ampliada da presença e das condições de escolarização de estudantes com deficiência na EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Especial. Indicadores Educacionais.

Abstract: This article presents a bibliometric analysis of academic productions on young people and adults with disabilities in educational indicators, without restricting the period of publication. The goal is to identify advances and gaps in this field of research. After searching national catalogs of theses and dissertations and the virtual library of scientific journals, only sixteen papers were identified. The results show that research into the intersection between Special Education and Youth and Adult Education is still incipient, especially in terms of educational indicators. Although some studies have addressed quantitative and qualitative aspects of this reality, the majority have been restricted to local contexts, with municipal or regional cut-outs. At a national level, research into this subject remains limited, with only three studies dealing with it in greater depth. Therefore, this study highlights the urgent need for research that articulates a broader understanding of the presence and conditions of schooling for students with disabilities in the EJA.

Keywords: Youth and Adult Education. Special education. Educational indicators.



Resumen: Este artículo presenta un análisis bibliométrico de producciones académicas sobre jóvenes y adultos con discapacidad en indicadores educativos, sin restringir período de publicación, identificando avances y brechas en el campo. Luego de buscar en catálogos nacionales de tesis de doctorado y magíster, y en la biblioteca virtual de revistas científicas, sólo se identificaron dieciséis trabajos. Los resultados revelan un espacio incipiente de investigaciones sobre la intersección entre Educación Especial y Educación de Jóvenes y Adultos, especialmente en lo que atañe a indicadores educativos. Aunque algunos estudios aborden aspectos cuantitativos y cualitativos de esta realidad, la mayoría se restringe a contextos locales, con perspectivas municipales o regionales. A nivel nacional, la investigación sobre el tema permanece limitada, abordado con profundidad en sólo tres trabajos. Así, este estudio resalta la necesidad de investigaciones que articulen una comprensión amplia de la presencia y condiciones de escolarización de estudiantes con discapacidad en la EJA.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Educación Especial. Indicadores Educativos.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) são reconhecidas como modalidades de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e constituem campos de estudo que demandam investigações aprofundadas (Siems, 2011). A literatura sobre tais modalidades tem apontado desafios estruturais, políticos e pedagógicos, especialmente no que diz respeito à interseção entre ambas, uma vez que a presença de estudantes com deficiência na EJA tem se tornado cada vez mais expressiva (Gonçalves, 2012). Apesar do crescimento, há uma escassez de estudos que analisem os processos de aprendizagem e as políticas públicas voltadas para este segmento da população, evidenciando a necessidade de ampliar pesquisas nesta área (Siems, 2011).

A trajetória histórica da Educação Especial e da EJA é marcada por processos de exclusão e pela luta de movimentos sociais pelo Direito à Educação. Ambas as modalidades foram historicamente negligenciadas pelo Estado e direcionadas a sujeitos que não se enquadravam nos padrões hegemônicos de escolarização. Este cenário revela a permanência de um modelo educacional que, por um lado, segrega e medicaliza a pessoa com deficiência e, por outro lado, mantém a EJA em um caráter compensatório, frequentemente relegada a programas emergenciais e iniciativas filantrópicas (Haas, 2024).

A ausência de políticas públicas efetivas compromete a qualidade da educação oferecida em tais contextos. No caso da Educação Especial, a falta de investimentos reflete-se na precarização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na dificuldade de acesso a recursos pedagógicos adequados. De modo semelhante, a EJA enfrenta desafios relacionados à descontinuidade de programas, à baixa oferta de turmas e à desvalorização da formação docente, dificultando a garantia do Direito à Educação para jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade regular (Haas, 2015).

As políticas educacionais avançaram na superação daquele modelo excludente, impulsionadas por lutas de movimentos sociais e pela concepção da educação como um direito humano inalienável (Siems, 2011). A interseção entre Educação Especial e EJA está prevista na legislação (Brasil, 1996), porém, a falta de diretrizes claras para a interseção e a ausência de suporte pedagógico adequado contribuem para a invisibilidade de estudantes e comprometem sua permanência e aprendizagem (Haas, 2024).



A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), formalizada em 2008 (Brasil, 2008), reforçou essa interseção ao estabelecer diretrizes para o acesso e a permanência de estudantes com deficiência na educação regular, promovendo o atendimento educacional especializado e a formação docente (Haas, 2015). Entretanto, conforme destacam Meletti e Bueno (2013), o discurso inclusivo não foi acompanhado de ações concretas que garantissem uma educação de qualidade. A lógica neoliberal, ao enfatizar a eficiência e a redução de gastos, precarizou os serviços especializados e disfarçou a falta de investimentos sob a retórica da “inclusão”.

Diante de tal contexto, este artigo tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre jovens e adultos com deficiência nos indicadores educacionais, a fim de identificar avanços e lacunas neste campo de pesquisa. A utilização de indicadores específicos é essencial para compreender a realidade educacional dos estudantes com deficiência na EJA, pois fornece dados sobre acesso, permanência e conclusão dos estudos, além de evidenciar desigualdades estruturais que impactam este público.

Portanto, a motivação para este estudo decorre da ausência de um mapeamento abrangente que possibilite compreender a evolução das pesquisas sobre o tema e os desafios ainda existentes. A partir desse cenário, adotou-se a abordagem bibliométrica – metodologia que permite uma análise quantitativa e qualitativa da produção científica na área – possibilitando o exame de padrões, tendências e omissões nos estudos publicados, conforme Hayashi e colaboradores (2007) e, ainda, Hayashi e Hayashi (2011). Deste modo, busca-se contribuir para o aprofundamento das discussões acadêmicas e subsidiar futuras pesquisas e políticas educacionais voltadas para este público historicamente marginalizado.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados da Capes, SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O banco de teses da Capes oferece acesso a teses e dissertações defendidas no Brasil a partir de 1987. De forma semelhante, a BDTD, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), reúne e divulga, desde 2002, textos completos de pesquisas acadêmicas, promovendo o registro e a publicação de trabalhos em formato eletrônico.

Além dessas fontes, foi consultado o Portal de Periódicos da Capes e a Rede de Revistas Científicas Redalyc. O Portal da Capes constitui uma biblioteca virtual que disponibiliza, para instituições de ensino e pesquisa no Brasil, uma seleção da produção científica nacional e internacional. Já a Redalyc, mantida pela Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM), tem como objetivo difundir a produção editorial científica ibero-americana. Essas bases foram selecionadas por sua abrangência e relevância na divulgação da produção científica nacional e internacional.

A busca nos repositórios foi orientada por um conjunto de palavras-chave relacionadas à interface entre Educação Especial e EJA. Entre os termos utilizados, destacam-se: “Educação Especial” e “Educação de Jovens e Adultos”; “Educação Especial Educação de Jovens e Adultos”; “Alunos com deficiência” e “Educação de Jovens e Adultos”; “Educação de Jovens e Adultos com deficiência”; “Estudantes com deficiência” e “Estudantes com deficiência Educação de Jovens e Adultos”; “Jovens com deficiência” e “Educação de Jovens e Adultos”; “Adultos com deficiência” e “Educação de Jovens e Adultos”; “Deficiência” e “Educação de Jovens e Adultos”, entre outros.



A pesquisa baseou-se na abordagem bibliométrica – uma metodologia que permite a análise quantitativa e qualitativa da produção científica, por meio do exame estatístico de elementos bibliográficos (Hayashi et al., 2007). Segundo Silva, Hayashi e Hayashi (2011), esta abordagem possibilita a construção de indicadores bibliométricos que analisam aspectos como perfil dos autores (gênero, filiação institucional, formação acadêmica, produtividade), dinâmica das publicações (temporalidade, tipologia, área do conhecimento, classificação dos periódicos), e impacto das citações (documentos citados e citantes, fator de impacto, obsolescência da literatura). Além disso, são considerados indicadores de coautoria e redes de colaboração científica (Hayashi; Gonçalves, 2018).

Os dados foram obtidos em janeiro de 2025, sem restrição de período de publicação, a fim de abranger o maior número possível de publicações pertinentes ao tema. O registro das informações foi realizado com base nos protocolos de análise bibliométrica desenvolvidos por Silva, Hayashi e Hayashi (2011), organizados em planilhas do Excel. Esses protocolos incluíram variáveis como termos de busca, autor(es), título do trabalho, orientador(es), periódico de publicação, volume e número, ano de publicação, nível acadêmico (mestrado, doutorado, mestrado profissionalizante), Instituição de Ensino Superior (IES), região geográfica brasileira, linha de pesquisa, área do conhecimento, palavras-chave e resumo (Gonçalves; Hayashi, 2014).

No corpus desse estudo foram incluídos os trabalhos que atendiam aos seguintes critérios: (i) abordagem, de forma explícita, da interface entre Educação Especial e EJA; (ii) utilização de indicadores educacionais em seu arcabouço teórico-metodológico, como microdados do Censo Escolar da Educação Básica, indicadores demográficos ou de fluxo escolar; (iii) publicações na forma de artigo científico, dissertação ou tese; (iv) disponibilidade integral nas bases consultadas; (v) identificação, por meio dos descritores previamente definidos; e (vi) redação em língua portuguesa, espanhol ou inglês.

E foram excluídos: (i) registros duplicados; (ii) estudos sem interface entre Educação Especial e EJA; (iii) trabalhos que não empregavam indicadores educacionais em sua fundamentação teórico-metodológica; (iv) documentos de natureza não científica, como resenhas, editoriais, notas técnicas, pôsteres, anais de eventos, resumos expandidos ou materiais institucionais; e (v) publicações incompletas ou sem acesso ao texto integral.

A pesquisa nas bases de dados resultou na identificação de 3.173 estudos brutos, distribuídos da seguinte forma: 1.999 no portal da Capes (com o filtro “área de conhecimento” para Educação Especial e EJA), 324 na BDTD, 478 no portal de periódicos da Capes (com outros filtros, 335 na Redalyc e 37 na SciELO). A seleção dos materiais ocorreu em etapas sucessivas. Na primeira, foi realizada a leitura de títulos e resumos e identificados 141 trabalhos com referência explícita à interface entre Educação Especial e EJA. Na etapa seguinte, registros duplicados e estudos sem relação com o escopo temático foram removidos. Na etapa final, foi aplicado o critério de uso de indicadores educacionais, que resultou na seleção de 16 estudos.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos trabalhos, indicando a base de dados de origem, o total inicial de publicações identificadas, a quantidade de estudos que abordam a interface entre Educação Especial e EJA, bem como os trabalhos escolhidos para análise, segundo o uso de indicadores educacionais e sua relevância para o escopo do estudo.



Tabela 1 - Volume de trabalhos acadêmicos nos bancos de dados

Banco de dados	Trabalhos brutos	Interface Educação Especial e EJA	Trabalhos selecionados para análise
Capes	1.999	37	3
BDTD	324	48	5
Periódico Capes	478	38	6
Periódico Scielo	37	3	1
Redalyc	335	15	1
TOTAL	3.173	141	16

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

OS ACHADOS DO ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Nos Quadros 1 e 2, a seguir, estão apresentados os artigos escolhidos para a análise contidos nos periódicos SciELO, Redalyc e Capes. Nos Quadros 3 e 4 foram listadas as produções acadêmicas (dissertações e teses) selecionadas nos bancos de dados da Capes e da BDTD.

Quadro 1 - Produções acadêmicas nas bases de dados SciELO e Redalyc

Título	Autor (es)	Ano	Periódico
Em tempos de democratização do direito à educação como tem se delineado as políticas de acesso à EJA com deficiência no Rio Grande do Sul?	Haas, Clarissa; Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha	2015	Revista Brasileira de Educação Especial
Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação	Lopes, Ingrid Anelise; Gonzalez, Roseli Kubo; Prieto, Rosângela Gavioli	2021	Revista Educação e Pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 2 - Produções acadêmicas na plataforma da Capes

Título	Autor (es)	Ano	Periódicos
Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação	Haas, Clarissa; Silva, Mayara Costa da; Ferraro, Alceu Ravello	2017	Revista Educação e Pesquisa
Educação Inclusiva: olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos	Luiz, Wesley Oliveira; Teixeira, Ricardo Antônio Gonçalves; Silva, Irsé Oliveira	2021	Fronteiras: Journal of social, technological and environmental science
Perfil de estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos especial: o cenário de Minas Gerais	Silva, Fabiane Maria; Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha	2022	Revista Educação Especial
Fluxo escolar de estudantes com cegueira na Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte (2007-2018)	Torres, Beatriz Fonseca; Silva, Fabiane Maria; Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha	2023	Revista Educação Santa Maria
Matrículas da educação especial na educação de jovens e adultos em municípios mineiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2007-2018)	Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; Rahme, Mônica Maria Farid; Brito, Andreza Domingos Souza	2023	Revista Brasileira de Educação
Transversalidade da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos	Haas, Clarissa	2024	Revista Momento – diálogos em educação

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

**Quadro 3** - Produções acadêmicas no banco de teses e dissertações da Capes

Título	Autor (a)	Orientador (a) Coorientador (a)	Ano	Titulação / Programa	Instituição ou Revista científica
Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros	Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha	Meletti, Silvia Márcia Ferreira	2012	Mestrado em Educação	Universidade Estadual de Londrina
Educação Inclusiva: Matrículas de alunos da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos	Luiz, Wesley Oliveira	Teixeira, Ricardo Antônio Gonçalves	2020	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Goiás
A inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos: os desafios de duas modalidades	Bassi, Tânia Mara dos Santos	Bigarella, Nádia	2023	Doutorado em Educação	Universidade Católica Dom Bosco / Campo Grande (MS)

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quadro 4 - Produções acadêmicas no banco de dados da BDTD

Título	Autor (a)	Orientador (a) Coorientador (a)	Ano	Titulação / Programa	Instituição ou Revista científica
Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência: "Isso me lembra uma história!"	Haas, Clarissa	Baptista, Cláudio Roberto	2013	Mestrado em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do Pronera	Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha	Caiado, Kátia Regina Moreno	2014	em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos
A trajetória escolar progressiva de alunos com deficiência intelectual matriculados na Educação de Jovens e Adultos	Lebrão, Olga Maria Freitas de Oliveira Falleiros	Bueno, José Geraldo Silveira	2019	Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Matrículas de estudantes com deficiência na EJA e a oferta do atendimento educacional especializado em municípios paulistas	Santos, Flávia Maria dos	Campos, Juliane Aparecida de Paula Perez	2019	Mestrado em Educação Especial	Universidade Federal de São Carlos
Estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos Especial: o contexto de Minas Gerais (2008-2019)	Silva, Fabiane Maria	Gonçalves, Taísa Grasiela Gomes Liduenha	2021	Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social	Universidade Federal de Minas Gerais

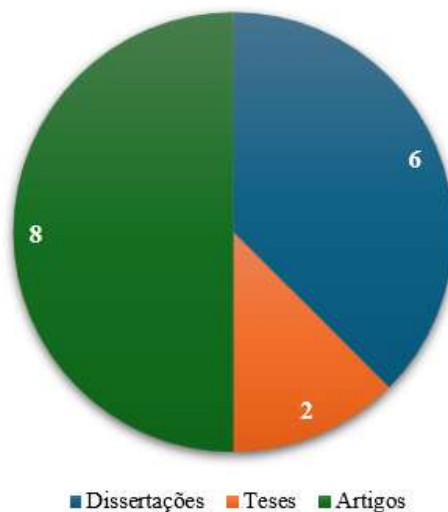
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.



REVISÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

A Figura 1, a seguir, apresenta a distribuição dos dezesseis trabalhos selecionados para análise, classificados de acordo com sua tipologia. Observa-se que oito (50%) correspondem a artigos científicos, dois (12,5%) são teses de Doutorado e seis (37,5%) consistem em dissertações de Mestrado. Os dados revelam que a produção acadêmica sobre a temática investigada se concentra, majoritariamente, em artigos científicos.

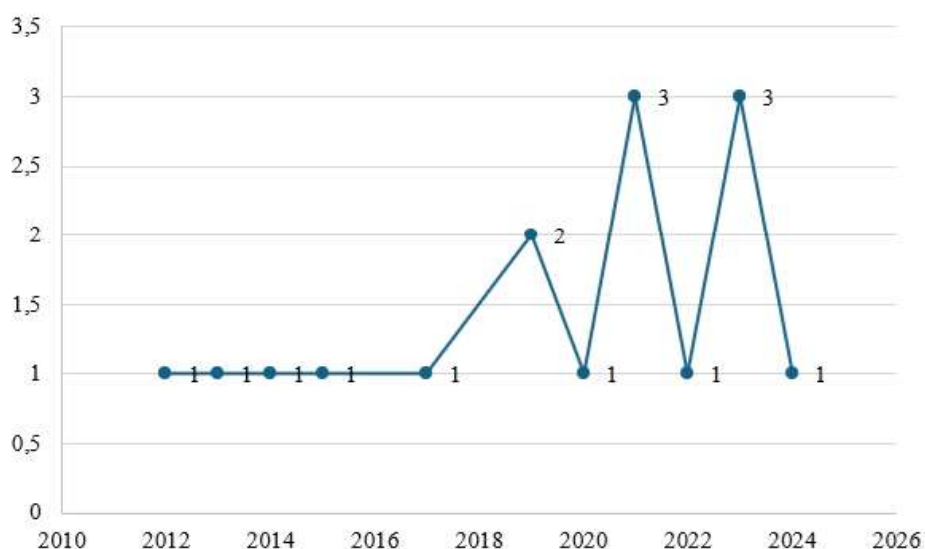
Figura 1 - Tipologia dos trabalhos



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Dentre as pesquisas selecionadas, os resultados destacam o predomínio de estudos recentes, abrangendo um período de 12 anos, de 2012 a 2024. A distribuição temporal das publicações pode ser visualizada na Figura 2, que ilustra a sequência cronológica dos trabalhos.

Figura 2 - Distribuição temporal dos estudos



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.



De acordo com os dados da Figura 2, fica evidente uma produção acadêmica relativamente reduzida, com maior concentração nos anos de 2019 (dois estudos), 2021 (três estudos) e 2023 (três estudos). Nos demais anos analisados (2012, 2013, 2014, 2015, 2017, 2020, 2022 e 2024), identifica-se apenas um trabalho por ano, enquanto não foram encontradas publicações referentes a 2016 e 2018. Os dados mostram uma distribuição irregular das pesquisas ao longo do período investigado.

A análise da distribuição anual por tipologia dos estudos, apresentada na Tabela 2, a seguir, reforça a irregularidade: em 2012, 2013, 2014, 2015, 2017, 2020, 2022 e 2024, observa-se apenas uma produção acadêmica por ano; em 2019, foram registradas duas dissertações de Mestrado, enquanto em 2014 e 2023 há o registro de uma tese de Doutorado em cada ano. Os artigos científicos foram publicados individualmente nos anos de 2015, 2017, 2022 e 2024 e, em maior número, em 2021 e 2023, com dois artigos em cada ano, totalizando oito publicações. Estes resultados revelam tanto a escassez de estudos sobre a temática quanto a distribuição não homogênea das pesquisas ao longo dos anos.

Tabela 2 - Distribuição anual por tipologia dos trabalhos (2012-2024)

Ano de publicação	Artigo	Dissertação	Tese	Total
2012	0	1	0	1
2013	0	1	0	1
2014	0	0	1	1
2015	1	0	0	1
2017	1	0	0	1
2019	0	2	0	2
2020	0	1	0	1
2021	2	1	0	3
2022	1	0	0	1
2023	2	0	1	3
2024	1	0	0	1
Total	8	6	2	16

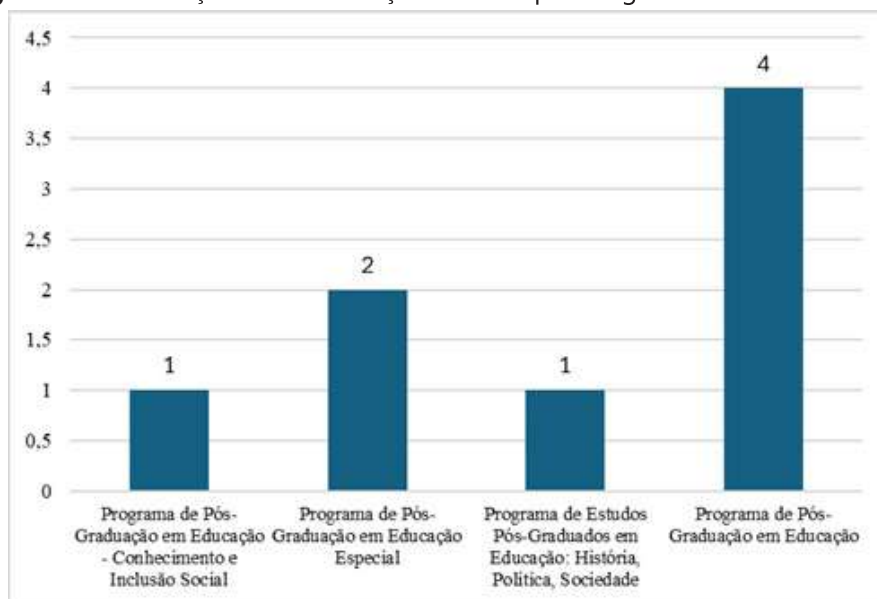
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Figura 3 destaca a participação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) na produção de pesquisas sobre o tema em questão.

Entre os oito estudos analisados (dissertações e teses), a maior parte (quatro) originou-se de Programas de Pós-Graduação em "Educação", seguida por dois trabalhos provenientes de Programas em "Educação Especial", além de um de "Educação, Conhecimento e Inclusão Social" e um de "Educação: História, Política e Sociedade".



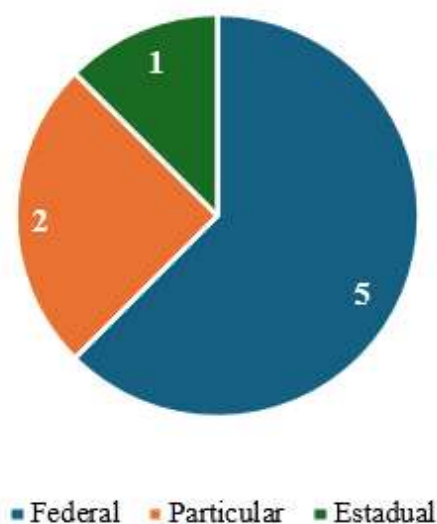
Figura 3 - Distribuição das Dissertações e Teses por Programas de Pós-Graduação



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Figura 4 mostra a distribuição das pesquisas (dissertações e teses) de acordo com a dependência administrativa das Instituições de Ensino Superior. Nota-se que a maior parte dos trabalhos (cinco) foi defendida em universidades federais, enquanto uma pesquisa foi realizada em uma instituição estadual e duas em instituições privadas. Os resultados destacam a predominância das universidades federais na produção acadêmica sobre o tema.

Figura 4 - Distribuição das pesquisas por Dependência Administrativa

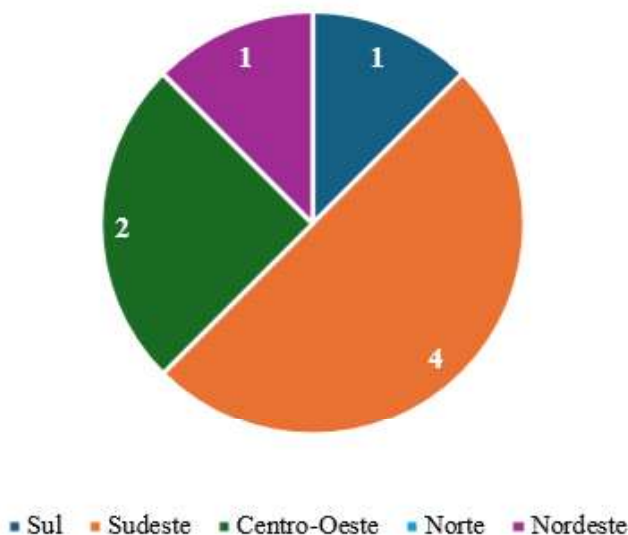


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com relação à distribuição geográfica das dissertações e teses defendidas (Figura 5), observa-se que a Região Sudeste se destaca na produção acadêmica, com quatro estudos. A Região Centro-Oeste contabiliza duas pesquisas, enquanto as Regiões Sul e Nordeste têm uma produção cada. Não foram encontradas produções na Região Norte – o que indica uma distribuição desequilibrada de pesquisas sobre o tema no Brasil.



Figura 5 - Distribuição de Dissertações e Teses por Região Geográfica brasileira



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Figura 6 apresenta a distribuição de artigos em revistas científicas, totalizando oito publicações, sendo cada uma em diferentes periódicos. Destacam-se: Revista Brasileira de Educação Especial, Fronteiras, Revista Educação e Pesquisa, Revista Educação Especial, Revista Educação Santa Maria, Revista Brasileira de Educação, e a Revista Momento/Diálogos em Educação (com duas publicações). Os dados ressaltam a divulgação das pesquisas em diversos periódicos especializados na área.

Figura 6 - Distribuição dos Artigos por Revistas Científicas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise das informações é fundamental para compreender a constituição da área educacional, que demanda a investigação dos aspectos relacionados ao processo social de produção, comunicação e avaliação do conhecimento científico. Neste sentido, estudar suas produções acadêmicas por meio da identificação das teorias e metodologias que sustentam este campo de conhecimento possibilita entender suas áreas de atuação e interfaces, além de revelar aspectos essenciais dos padrões formais de comunicação científica (Hayashi; Gonçalves, 2018). Neste aspecto, o Quadro 5, a seguir, detalha a organização dos trabalhos conforme os instrumentos utilizados.



Quadro 5 - Distribuição dos trabalhos por instrumentos empregados

Autor (es)	Instrumentos empregados
Gonçalves (2012)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Haas (2013)	História oral; Entrevista aberta; Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Gonçalves (2014)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais); Análise documental; Entrevistas semiestruturadas
Haas; Gonçalves (2015)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais) e Censo demográfico
Haas; Silva; Ferraro (2017)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Lebrão (2019)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Santos (2019)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Luiz (2020)	Análise documental e Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Silva (2021)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Luiz; Teixeira; Silva (2021)	Análise documental e Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Lopes; Gonzalez; Prieto (2021)	Censo demográfico
Silva; Gonçalves (2022)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Bassi (2023)	Análise documental e Dados estatísticos do IBGE e Inep
Torres; Silva; Gonçalves (2023)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Gonçalves; Rahme; Brito (2023)	Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)
Haas (2024)	Análise documental e Microdados do Censo Escolar (Indicadores Educacionais)

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise dos estudos revela diferentes abordagens metodológicas no exame da interface entre a Educação Especial e a EJA, destacando-se a utilização dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica como principal ferramenta de pesquisa.

Gonçalves (2012), no trabalho *Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros*, analisou os microdados do Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Inep, entre 2007 e 2010. A pesquisa teve por base as matrículas de estudantes com deficiência visual, auditiva, física e intelectual na EJA, abrangendo tanto a modalidade regular quanto a especial, e considerando variáveis como etapas de ensino (Fundamental e Médio), dependência administrativa (federal, estadual, municipal e privada) e faixa etária.

Haas (2013), no estudo *Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência: "Isso me lembra uma história!"*, adotou uma abordagem qualitativa fundamentada na história oral, para investigar a intersecção entre a EJA e a Educação Especial. A pesquisa destacou narrativas de três jovens com deficiência matriculados na EJA da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul, usando entrevistas abertas e análise dos microdados do Censo Escolar de 2010 e 2011, além de observações em escolas de Porto Alegre.

Gonçalves (2014), em *Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paulistas: experiências do Pronera*, examinou a escolarização de estudantes com deficiência na EJA de assentamentos rurais de São Paulo, no contexto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A pesquisa combinou análise documental, levantamento de indicadores sociais do Censo Escolar e entrevistas com educadores e alunos.



Haas e Gonçalves (2015), no artigo *Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul?*, investigaram as políticas de acesso à educação para jovens e adultos com deficiência na EJA no Rio Grande do Sul; utilizando microdados do Censo Escolar (2007-2013) e do Censo Demográfico de 2010, as pesquisadoras analisaram a oferta de ensino em classes regulares e especiais, contrastando com indicadores estatísticos nacionais.

Haas, Silva e Ferraro (2017), em *Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação*, analisaram o fluxo escolar de estudantes da Educação Especial no RS, incluindo aqueles matriculados na EJA. Com base nos microdados de 2013, a pesquisa investigou o número de matrículas, considerando-se idade, etapa/modalidade de ensino e a presença em classes regulares ou especiais, com ênfase no Ensino Médio.

Lebrão (2019), em *A trajetória escolar pregressa de alunos com deficiência intelectual matriculados na Educação de Jovens e Adultos*, investigou a escolarização de 160 alunos com deficiência intelectual na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a partir de microdados do Censo Escolar (2007-2016). O estudo analisou variáveis como idade, sexo, raça/cor, progressão escolar e trajetória acadêmica anterior à EJA.

Santos (2019), no estudo *Matrículas de estudantes com deficiência na EJA e a oferta do atendimento educacional especializado em municípios paulistas*, analisou a presença de estudantes com deficiência na EJA (Ensino Fundamental) e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em municípios paulistas, com base nos microdados do Censo Escolar (2015-2018).

Luiz (2020), em *Educação inclusiva: matrículas de alunos da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos*, investigou políticas públicas e práticas inclusivas na EJA por meio da análise documental e dos microdados do Censo Escolar (2007-2018). O estudo abordou dados nos níveis nacional, regional e municipal, com destaque na rede regular de ensino em Goiânia (GO). Luiz, Teixeira e Silva (2021) aprofundaram a questão no artigo *Educação inclusiva: uma análise dos alunos da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos*.

Silva (2021), no estudo *Estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos Especial: o contexto de Minas Gerais (2008-2019)*, analisou os microdados do Censo Escolar para investigar a escolarização de estudantes com deficiência intelectual na EJA Especial em Minas Gerais, entre 2008 e 2019. A pesquisa examinou variáveis como tipo de escolarização, sexo, cor/raça, faixa etária e dependência administrativa. Silva e Gonçalves (2022) publicaram um desdobramento desse estudo, aprofundando a análise dessas variáveis em artigo intitulado *Perfil de estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos Especial: o cenário de Minas Gerais*.

Lopes, Gonzalez e Prieto (2021), no estudo *Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação*, investigaram as intersecções entre indicadores sociais relacionados à deficiência intelectual no Brasil e suas implicações para as políticas educacionais, utilizando dados do Censo Demográfico de 2010 e as recomendações do Grupo de Washington.

Bassi (2023), em *A inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos: os desafios de duas modalidades*, analisou a inclusão de estudantes da Educação Especial na EJA na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (MS), entre 2017 e 2022, com base em documentos oficiais, resoluções, portarias, planejamentos governamentais e dados do IBGE, Inep



e Secretaria de Educação.

Torres, Silva e Gonçalves (2023), em Fluxo escolar de estudantes com cegueira na Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte (2007-2018), investigaram a trajetória escolar de estudantes com cegueira na EJA em Belo Horizonte (MG), utilizando microdados do Censo Escolar da Educação Básica, para analisar variáveis como modalidade de ensino, deficiência, sexo, cor/raça e idade.

Gonçalves, Rahme e Brito (2023), no estudo Matrículas da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos em municípios mineiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2007-2018), analisaram as matrículas da Educação Especial na EJA em municípios mineiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Com a utilização de microdados do Censo Escolar e indicadores socioeconômicos, as autoras examinaram a relação entre os dados educacionais e o IDHM, aplicando técnicas estatísticas apropriadas.

Por fim, Haas (2024), em Transversalidade da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos, investigou práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas para a Educação Especial no contexto da EJA, utilizando microdados do Censo Escolar da Educação Básica para examinar os espaços de escolarização de pessoas com deficiência na EJA no Brasil e no Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2022, com relação à acessibilidade curricular e ao AEE. A pesquisa também analisou, a partir de pesquisa documental e bibliográfica, a eliminação de barreiras nos contextos escolares da EJA, considerando a acessibilidade curricular como eixo central da ação pedagógica, e o AEE como estratégia transversal da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

A análise destes estudos destaca a importância dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica para compreender a escolarização de estudantes da Educação Especial na EJA. Três principais contribuições deste uso podem ser destacadas:

I. Diagnóstico da escolarização – Os microdados possibilitam a identificação de padrões de matrícula e permanência de estudantes na EJA, levando-se em conta variáveis como tipo de deficiência, idade, sexo, cor/raça e etapa de ensino, como evidenciado nos estudos de Torres, Silva e Gonçalves (2023) e Gonçalves, Rahme e Brito (2023).

II. Análise de Políticas Públicas – O uso dos microdados possibilita a investigação acerca da implementação e os impactos das políticas de inclusão na EJA, a efetividade do AEE e a acessibilidade curricular. O estudo de Haas (2024) destaca esta abordagem ao examinar as estratégias pedagógicas e os espaços de escolarização.

III. Correlação com indicadores socioeconômicos – Os microdados, associados a indicadores como o IDHM, permitem verificar a relação entre o contexto socioeconômico e o acesso à Educação, como ressaltado por Gonçalves, Rahme e Brito (2023), que investigaram a escolarização de estudantes com deficiência em municípios de baixo IDHM.

Assim, os microdados do Censo Escolar se configuram como uma ferramenta essencial para monitorar e avaliar o acesso de estudantes da Educação Especial na EJA, permitindo análises quantitativas e qualitativas que fundamentam pesquisas acadêmicas e contribuem para o aprimoramento das políticas educacionais.



ANÁLISE DOS TRABALHOS CONSIDERANDO-SE A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Quadro 6 – Trabalhos conforme a abordagem teórico-metodológica

Autor (es)	Abordagem teórico-metodológica	Número de trabalhos
Silva (2021); Silva; Gonçalves (2022); Bassi (2023); Torres; Silva; Gonçalves (2023); Gonçalves; Rahme; Brito (2023)	Materialismo histórico-dialético	5
Haas (2013)	Abordagem sistêmica do pensamento científico	1
Gonçalves (2014)	Pedagogia crítica	1
Haas; Gonçalves (2015)	Abordagem cognitiva de Políticas Públicas	1
Lopes; Gonzalez; Prieto (2021)	Interseccionalidade	1
Haas (2024)	Concepção bidimensional de justiça social	1
Gonçalves (2012); Haas; Silva; Ferraro (2017); Lebrão (2019); Santos (2019); Luiz (2020); Luiz; Teixeira; Silva (2021)	Não especificaram	6

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise dos estudos apresentados no Quadro 6 revelou que cinco pesquisas adotaram o materialismo histórico-dialético como abordagem teórico-metodológica, entre elas as de Silva (2021), Silva e Gonçalves (2022), Bassi (2023), Torres, Silva e Gonçalves (2023), e Gonçalves, Rahme e Brito (2023). Essas pesquisadoras investigaram os indicadores sociais considerando as dimensões de qualidade e quantidade como inseparáveis, e destacaram sua interdependência (Ferraro, 2012).

Bassi (2023) realizou uma análise crítica da inclusão de estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos, utilizando as categorias de totalidade, contradição e mediação. Ao aplicar a categoria da totalidade, a pesquisadora buscou compreender, de forma integrada, as políticas públicas e as ações governamentais. A contradição revelou as ambiguidades dessas políticas, e evidenciaram as desigualdades e os conflitos nas relações de classe e produção em uma sociedade capitalista. A categoria da mediação destaca o papel da sociedade civil na implementação e na concretização dos direitos educacionais.

Haas (2013) fundamenta sua pesquisa na abordagem sistêmica, que busca entender as totalidades e as interações complexas entre os componentes de um sistema. Tal perspectiva é necessária para analisar os trajetos e as narrativas de jovens e adultos com deficiência, tratando a educação como um sistema dinâmico, no qual múltiplos fatores se influenciam mutuamente.

Gonçalves (2014) baseou seu estudo na Pedagogia crítica, especialmente na Pedagogia histórico-crítica proposta por Demerval Saviani. A autora, citando Duarte (2013), explica que esta abordagem considera a contribuição de diversas áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, História, Didática e Psicologia, para a Educação. No campo da Psicologia, recorreu à perspectiva



histórico-cultural, alicerçada em ideias marxistas, propondo uma educação revolucionária. Para Gonçalves (2012), a Pedagogia histórico-crítica possibilita a análise da Educação brasileira, considerando fatores políticos, econômicos e sociais que resultaram na condição do analfabetismo, inclusive de pessoas com deficiência no campo.

No artigo de Haas e Gonçalves (2015), as políticas intergovernamentais são analisadas por meio da abordagem cognitiva, que vê a implementação das políticas como um processo dinâmico de construção coletiva, em que as representações sociais dos atores envolvidos influenciam a construção das políticas públicas.

O estudo de Lopes, Gonzalez e Prieto (2021) adota a interseccionalidade como abordagem teórico-metodológica, e busca entender diferentes categorias sociais, tais como deficiência e outras formas de desigualdade, bem como os impactos nas políticas educacionais.

Haas (2024) fundamenta sua análise na concepção bidimensional de justiça social de Nancy Fraser (2002), que abrange tanto a redistribuição de recursos quanto o reconhecimento das identidades sociais. No contexto da EJA e da Educação Especial, esta abordagem destaca a necessidade de garantir justiça econômica e social, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência na sociedade.

Seis estudos, incluindo os de Gonçalves (2012), Haas, Silva e Ferraro (2017), Lebrão (2019), Santos (2019), Luiz (2020) e Luiz, Teixeira e Silva (2021), não especificam a perspectiva teórica adotada. Isso pode refletir questões metodológicas diversas, sendo, em alguns casos, uma escolha com fundamento mais pragmático ou descritivo.

A análise dos trabalhos permite verificar a diversidade teórica presente nas pesquisas sobre a EJA e a Educação Especial. O materialismo histórico-dialético se destaca como a principal abordagem em cinco estudos, o que evidencia uma perspectiva crítica que busca compreender as contradições estruturais que afetam a escolarização de estudantes com deficiência. A ênfase na interdependência entre qualidade e quantidade (Ferraro, 2012) reflete o cuidado em analisar os dados de forma integral, articulando políticas públicas, desigualdades sociais e relações de classe.

A presença de outras abordagens, como a sistêmica (Haas, 2013), a cognitiva (Haas; Gonçalves, 2015), a interseccionalidade (Lopes; Gonzalez; Prieto, 2021) e a justiça social bidimensional (Haas, 2024), ampliam a diversidade teórica do campo, oferecendo novas possibilidades para análise e interpretação dos desafios relacionados ao acesso à Educação.

ANÁLISE DOS TRABALHOS CONFORME A TEMÁTICA ABORDADA E AS REFLEXÕES PROPOSTAS

A análise dos estudos apresentados revela uma convergência dos desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no atendimento a estudantes com deficiência, especialmente no que se refere à implementação de políticas inclusivas e à superação das desigualdades estruturais.

Gonçalves (2012) inicia sua abordagem com uma crítica aos indicadores educacionais dos estudantes com deficiência na EJA, e destaca as disparidades regionais no processo de escolarização. Apesar dos avanços promovidos pelas políticas de inclusão e pelo AEE, persistem a manutenção e a conservação de espaços segregados. A autora defende a ampliação da discussão sobre a EJA para os estudantes com deficiência, sobretudo em contextos periféricos.



Haas, Silva e Ferraro (2017) complementam esta análise ao examinarem a relação entre o Direito à Educação e a implementação de políticas inclusivas. As pesquisadoras ressaltam a permanência de desigualdades no acesso educacional das pessoas com deficiência, e destacam a carência de infraestrutura adequada, o preconceito social e a escassez de formação continuada dos profissionais da Educação como fatores limitantes. Eles enfatizam, ainda, que a efetiva escolarização deste público exige um esforço conjunto entre governo, escolas e famílias, além de mudanças estruturais e pedagógicas substanciais.

Silva (2021) e Silva e Gonçalves (2022) aprofundam o debate ao analisarem a EJA Especial em Minas Gerais. Silva (2021) identifica desafios enfrentados por estudantes com deficiência intelectual, tais como a escassez de recursos pedagógicos, a infraestrutura inadequada e as dificuldades socioeconômicas que resultam em trajetórias educacionais interrompidas. Silva e Gonçalves (2022), ao analisarem o contexto de Minas Gerais, reforçam estes aspectos evidenciando a carência de recursos, a insuficiência na formação dos educadores e a falta de políticas específicas para a EJA Especial, e identificam tais barreiras como entraves à escolarização de estudantes com deficiência.

Em alinhamento com estas reflexões, Gonçalves (2014) analisa as condições educacionais de jovens e adultos com deficiência inseridos no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) em assentamentos rurais de São Paulo. A pesquisa evidencia como desafios a escassez de recursos, a falta de formação docente e de infraestrutura escolar inadequada. Dentre os resultados, a autora conclui que é necessário ajustar o Pronea por meio da formação inicial e continuada de professores, da disponibilização de materiais pedagógicos apropriados e da melhoria das condições físicas das escolas.

Estudos como os de Haas e Gonçalves (2015) e Santos (2019) ampliam a discussão ao examinarem os desafios da inclusão no Rio Grande do Sul e em municípios de São Paulo, respectivamente. Haas e Gonçalves (2015) avaliam que, apesar da previsão constitucional da Educação como direito fundamental, a inserção de estudantes com deficiência na EJA ainda é obstaculizada por limitações estruturais, falta de recursos e deficiência na formação docente. Santos (2019) analisa a oferta do AEE nos municípios paulistas e evidencia disparidades regionais que comprometem a universalização do atendimento especializado, negando o direito à escolarização desses estudantes na EJA.

A perspectiva interseccional é discutida por Lopes, Gonzalez e Prieto (2021), que analisam indicadores sociais relacionados às pessoas com deficiência intelectual e consideram que fatores como gênero, raça e classe social acentuam sua marginalização. As autoras defendem a necessidade de ampliar o escopo das pesquisas, articulando indicadores sociais às representações sociais de gênero e raça associados à deficiência, a fim de aprofundar a compreensão sobre o público-alvo da política de Educação Especial. Diante da escassez de estudos que considerem esses sujeitos além da condição de deficiência, torna-se fundamental reconhecer outros marcadores de sua constituição humana, os quais influenciam diretamente suas oportunidades de acesso aos direitos sociais – especialmente à Educação.

A pesquisa de Gonçalves, Rahme e Brito (2023) traz uma análise regional sobre a matrícula de pessoas com deficiência na EJA em municípios mineiros com baixo IDHM. As autoras identificam que os desafios enfrentados por estas localidades são semelhantes aos de outras regiões, incluindo a carência de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais especializados e a insuficiência na formação docente. Além disso, avaliam que as desigualdades socioeconômicas regionais acentuam



a exclusão escolar, e impactam, especialmente, os estudantes com deficiência.

Complementando a discussão, Haas (2024) analisa a integração entre a Educação Especial e a EJA, e propõe que ambas sejam consideradas áreas interligadas, enfatizando a necessidade da transversalidade entre elas. A autora argumenta que, embora os desafios da inclusão sejam complexos, a capacitação contínua dos professores e a adoção de metodologias pedagógicas inclusivas são fundamentais para possibilitar o processo educacional de todos.

No mesmo sentido, a dissertação de Haas (2013) examina as trajetórias de três jovens com deficiência matriculados na EJA em Porto Alegre, revelando que os estudantes percebem o fracasso escolar como uma marca em suas histórias de vida. A autora considera que a experiência está relacionada não apenas a limitações individuais, mas também a fatores sociais. Da mesma forma, a pesquisa de Lebrão (2019) investiga as vivências de pessoas com deficiência intelectual na EJA e demonstra que, embora muitos tenham avançado regularmente no Ensino Fundamental, não assimilaram completamente os conteúdos previstos para a etapa de ensino, deixando lacunas no aprendizado. Ambos os estudos destacam a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas às especificidades dos estudantes e defendem maior integração entre a EJA e a Educação Especial, para garantir uma formação verdadeiramente inclusiva.

Outro estudo relevante, realizado por Torres, Silva e Gonçalves (2023), analisa o fluxo escolar de estudantes cegos na EJA em Belo Horizonte, entre 2007 e 2018. Embora tenha sido observado crescimento no número de matrículas, as pesquisadoras verificaram uma elevada taxa de evasão, com muitos estudantes abandonando os estudos após um ano na escola. As autoras enfatizam os desafios que enfrentam para se adaptar à EJA e reforçam a necessidade de políticas educacionais e práticas pedagógicas eficazes, que promovam a permanência e o sucesso escolar deste público.

Neste contexto, Bassi (2023) e Luiz (2020) defendem a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas para pessoas com deficiência, respeitando suas particularidades e promovendo um ambiente de aprendizagem adequado. Ambos destacam a importância da formação continuada dos professores da EJA e da adaptação das metodologias de ensino, para garantir o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes com deficiência. Luiz, Teixeira e Silva (2021) ampliam esta reflexão ao analisarem as percepções de professores e gestores sobre a inclusão, evidenciando tanto a resistência ainda presente quanto a necessidade urgente de mudanças na formação docente. Os autores sustentam que uma articulação entre as políticas de Educação Especial e EJA é essencial para consolidar uma educação formal.

No conjunto, todos os estudos convergem para a necessidade de reformulações profundas nas práticas pedagógicas, nas estruturas escolares e na capacitação de educadores, a fim de garantir a escolarização dos estudantes com deficiência na EJA. A articulação entre as políticas de Educação Especial e EJA é vista como um elemento fundamental, reconhecendo as singularidades dos estudantes e assegurando a todos, independentemente de suas condições físicas, mentais e socioeconômicas, o acesso ao conhecimento e ao pleno desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica revela um espaço ainda incipiente de investigações voltadas para jovens e adultos com deficiência nos indicadores educacionais. Embora alguns estudos



tenham abordado aspectos quantitativos e qualitativos dessa realidade, a maioria restringiu-se a contextos locais, concentrando-se em recortes municipais ou regionais. Em âmbito nacional, a investigação sistemática do tema permanece escassa.

Esta omissão na literatura acadêmica constata a necessidade premente de pesquisas que articulem uma compreensão ampliada da presença e das condições de escolarização dos estudantes com deficiência na EJA. Afinal, a marginalização educacional deste público não pode estar dissociada das desigualdades estruturais da sociedade capitalista, que historicamente restringe o acesso e a permanência da classe trabalhadora na escola, conforme estudos de Cury (2023) e Frigotto (2003). No caso específico das pessoas com deficiência, as barreiras são ainda mais acentuadas pela precariedade das políticas públicas de inclusão, que, conforme afirmado por Meletti (2014), não é acatada nem efetivada do mesmo modo nas diferentes Regiões brasileiras, refletindo disparidades socioeconômicas e culturais.

Nesta circunstância, destaca-se a necessidade de maior investimento público na produção de conhecimento, capaz de captar as múltiplas realidades que compõem a Educação brasileira. Os indicadores sociais constituem instrumentos fundamentais para esta análise, possibilitando, por exemplo, desde a identificação de um único código de matrícula até a avaliação da totalidade das matrículas em uma determinada etapa de ensino no país.

A persistência desta situação impõe o desafio de ampliar o debate sobre a Educação Especial e a EJA a partir de uma perspectiva crítica, que considere não apenas os entraves materiais e institucionais, mas também as dinâmicas estruturais que perpetuam a exclusão educacional. Conforme destaca Saviani (2020), a efetivação do Direito à Educação para todos exige a superação da lógica neoliberal, que subordina o ensino a interesses mercadológicos e enfraquece o compromisso do Estado com políticas educacionais de caráter universalista.

Portanto, torna-se imprescindível o fortalecimento da produção acadêmica nesta temática, de modo a subsidiar a formulação de estratégias eficazes que garantam não apenas o acesso, mas, sobretudo, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes com deficiência na EJA. Somente por meio de uma abordagem que articule pesquisa, política e prática será possível construir uma Educação emancipadora no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

REFERÊNCIAS

BASSI, Tânia Mara dos Santos. **A inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos: os desafios de duas modalidades**. Orientadora: Nádya Bigarella. 2023. 295 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1996, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/> Acesso



em: 11 mar. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os trinta e cinco anos da educação na Constituição de 1988. **Pró-Posições**, Campinas, SP, v. 34, p. 1-23, dez. 2023.

DUARTE, Newton. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. **Nuances, estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n.1, p. 19-29, jan./abr. 2013.

FERRARO, Alceu Ravanello. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. **Pro-Posições**, Campinas, SP, n. 23, p.129-146, jan./abr. 2012.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 63, p. 7-20, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paulistas: experiências do Pronera**. Orientadora: Kátia Regina Moreno Caiado. 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros**. Orientadora: Sílvia Márcia Ferreira Meletti, 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2012.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Estudo bibliométrico sobre educação do campo para jovens e adultos deficientes. **Série-Estudos** (UCDB), Campo Grande, MS, v. 38, p. 129-149, 2014.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; RAHME, Mônica Maria Farid; BRITO, Andreza Domingos Souza. Matrículas da educação especial na educação de jovens e adultos em municípios mineiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2007–2018). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, p. 1-18, 2023.

HAAS, Clarissa. Transversalidade da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Momento – Diálogos em Educação**, Rio Grande, RS, v. 28, p. 1-18, 2024.

HAAS, Clarissa. Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial: a (re)invenção da articulação necessária entre as áreas. **Educação**, [s.l.], v. 40, n. 2, p. 347-360, maio-ago. 2015.

HAAS, Clarissa. **Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência: “Isso me lembra uma história!”** Orientador: Cláudio Roberto Baptista. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2013.

HAAS, Clarissa; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Em tempos de democratização do Direito à Educação: como têm se delineado as políticas de acesso à EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul? **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, SP, v. 21, n. 4, p. 443-458, out.-dez. 2015.

HAAS, Clarissa; SILVA, Mayara Costa da; FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à escolarização. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 43, n. 1, p. 245-262, jan.-mar. 2017.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Estudo bibliométrico dos balanços da produção científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (1999-2017). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, MS, v. 24, p. 135-152, 2018.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. **Protocolo para coleta de dados bibliométricos em bases de dados**. Mimeo, 2011.



HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; SILVA, Márcia Regina da; LIMA, Maycke Young de. Um estudo bibliométrico da produção científica sobre a educação jesuítica no Brasil colonial. **Bíblios**, Lima, Peru, v. 8, p. 1-18, 2007.

LEBRÃO, Olga Maria Freitas de Oliveira Falleiros. **A trajetória escolar pregressa de alunos com deficiência intelectual matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Orientador: José Geraldo Silveira Bueno. 2019. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

LOPES, Ingrid Anelise; GONZALEZ, Roseli Kubo; PRIETO, Rosângela Gavioli. Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 47, 2021.

LUIZ, Wesley Oliveira. **Educação Inclusiva: Matrículas de alunos da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos**. Orientador: Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira. 2020. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2020.

LUIZ, Wesley Oliveira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio; SILVA, Iransé Oliveira. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [s.l.], v. 10, p. 180-204, 2021.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: análise dos indicadores educacionais brasileiros. In: MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira (org.). **Políticas públicas, escolarização de alunos com deficiência e a pesquisa educacional**. São Paulo, SP: Junqueira & Marin, p. 75-86, 2013.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Teses e dissertações sobre Educação Especial com financiamento do Observatório da Educação. In: NOZU, Washington Cesar Shoití; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. (Org.). **Políticas e práticas em educação especial e inclusão escolar**. Curitiba, PN: Editora Íthala, v. 1, p. 130-143, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **A crise do neoliberalismo e a educação no Brasil**: desafios e perspectivas para a educação pública. São Paulo, SP: Autores Associados, 2020.

SIEMS, Maria Edith Romano. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, MG, v. 16, n. 2, p. 61-79, 2011.

SILVA, Fabiane Maria. **Estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos Especial: o contexto de Minas Gerais (2008-2019)**. Orientadora: Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves. 2021. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2021.

SILVA, Fabiane Maria; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Perfil de estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos Especial: o cenário de Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, [s.l.], v. 35, p.e27/1-27, 2022.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, SP, v. 2, p. 110-129, 2011.

SANTOS, Flávia Maria dos. **Matrículas de estudantes com deficiência na EJA e a oferta do atendimento educacional especializado em municípios paulistas**. Orientadora: Juliane Aparecida de Paula Perez Campos. 2019. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2019.

TORRES, Beatriz Fonseca; SILVA, Fabiane Maria; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Fluxo escolar de estudantes com cegueira na Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte (2007-2018). **Revista Educação Santa Maria**, Santa Maria, RS, v. 18, p. 1-18, 2023.

